

OS “ANOS DE CHUMBO” E A USP HOJE: A TRANSMISSÃO DE UM TRAUMA

THE “YEARS OF LEAD” AND THE USP TODAY:
THE TRANSMISSION OF A TRAUMA

**Belinda Mandelbaum*

RESUMO

A partir de um fato recente de nossa História, a cerimônia oficial no Palácio do Planalto, em novembro de 2011, que criou a Comissão da Verdade – órgão que tem por função coordenar os trabalhos de investigação sobre os crimes de natureza política cometidos durante o período da ditadura militar em nosso país – e na qual a representante dos familiares dos desaparecidos políticos, a professora do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, Vera Paiva, foi impedida na última hora de ler o seu discurso, a autora faz uma reflexão sobre o emudecimento das vítimas de violência e de seus familiares, apontando o transtorno produzido por este silêncio no trabalho com a memória familiar e social. Utilizando concepções advindas dos estudos psicanalíticos de grupos e instituições, em particular os achados sobre a transmissão intergeracional do trauma, a autora propõe a hipótese de que acontecimentos violentos nos dias atuais em nossa universidade podem ter como um de seus determinantes uma espécie de compulsão à repetição (Freud, 1920), uma reprodução em ato de acontecimentos que a USP viveu nos “anos de chumbo” e não pôde ainda esclarecer e reparar.

Palavras-chave: Ditadura militar. Universidade. Trauma.

ABSTRACT

Starting from a recent fact in our History, the official ceremony in the Palacio do Planalto for the creation of the Truth Commission – which function is to coordinate the investigations on the political crimes perpetrated during the period of the military dictatorship in our country – a ceremony in which the representative of the families of missing people, the professor Vera Paiva, Institute of Psychology, University of São Paulo, was impeded to read her speech, the author reflects on the silence of victims of violence and their families, pointing to the disturbances produced by it in the familiar and social memory process. Using concepts from the psychoanalytical field of studies of groups and institutions, particularly the discoveries on the intergenerational transmission of trauma, the author proposes the hypothesis that violent events nowadays in our university may have as one of their determinants a kind of repetition compulsion (Freud, 1920), the reproduction in act of events that USP lived in the the “years of lead” and could not work through and repair until now.

Key words: Military dictatorship. University. Trauma.

* Professora associada do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (PST-IP-USP) – Av. Professor Mello Moraes, 1721, bloco A – Cidade Universitária – São Paulo – 05508-030 – e-mail: belmande@usp.br.

No dia 18 de novembro de 2011, Dilma Rousseff presidiu uma cerimônia no Palácio do Planalto que estabeleceu oficialmente a *Comissão da Verdade*, órgão que deve coordenar os trabalhos de investigação e apuração sobre os crimes de natureza política que foram cometidos durante o período da ditadura militar em nosso país, entre os anos de 1964 e 1988. A esta cerimônia, a professora Vera Paiva[†] foi convidada por Maria do Rosário Nunes, ministra da Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República, a falar em nome das famílias dos desaparecidos políticos durante este período que ficou marcado em nossa História como os “anos de chumbo”. Vera foi, tinha sua fala escrita, mas, após um tempo de incertezas sobre se ela falaria ou não, foi-lhe comunicado que não, e a ministra Maria do Rosário pediu-lhe desculpas por isto. Vera foi informada mais tarde de que o impedimento de sua fala resultara da pressão de setores militares. No fim de semana seguinte, ela enviou, por *e-mail*, a uma lista de amigos, dentre os quais eu, o texto que não pôde falar. Por isto – e após consultá-la –, sinto-me autorizada a refletir sobre este acontecimento aqui[‡]. É que penso, como tratarei de mostrar, que ele se atrela aos acontecimentos que estamos vivendo na universidade hoje. Evidentemente, de tudo isto – da criação da Comissão da Verdade, dos desaparecidos políticos e suas famílias, das falas e do emudecimento, dos movimentos estudantis e da universidade que vivemos hoje –, tratarei de um aspecto singular, ou, melhor dizendo, proporei uma leitura que desdobramentos no campo da História, da Psicologia Social e da Psicanálise, em particular no estudo e intervenção com famílias, grupos e instituições, me permitem fazer.

O tema do emudecimento das vítimas de violência e de seus familiares não é, todos sabem, uma novidade do Planalto. Walter Benjamin chamou a atenção para o fato de que, após a Primeira Guerra Mundial, os soldados voltaram emudecidos do campo de batalha. O trauma silenciou a experiência. E, de acordo com Benjamin, os jornais e livros que mais tarde relataram os acontecimentos eram tudo, menos a narrativa da experiência vivida [4]. Benjamin está falando de um

transtorno ocorrido nas primeiras décadas do século XX – um transtorno que envolve a modernidade, a vida urbana, a tecnicização e uma guerra. E o modo como ele lida com este transtorno sugere que, na história dos homens, podem acontecer fatos que operam em analogia com aqueles que Freud detectou e que promovem a comoção psíquica no sujeito individual. Se, como afirma Ferenczi, “o trauma impacta o sujeito, fragilizando o seu sentimento de si, sua capacidade de resistir, de atuar e de pensar em defesa do próprio eu, promovendo uma comoção que não pode ser superada” [5] nem por uma transformação do mundo circundante, no sentido de afastar a causa etiológica da comoção, nem tampouco através da produção de uma elaboração capaz de superar a comoção, Benjamin sugere que, na História, o trauma silencia a experiência, ou melhor, a elaboração de uma vivência, que é o modo como os fatos vividos podem se realizar em experiência, ou seja, em vida elaborada, num patrimônio pessoal, resultado das aventuras de cada um no campo da vida. De acordo com a lógica do texto de Benjamin, é possível viver e não ganhar experiência. Este é um transtorno pessoal. Mas Benjamin, realizando uma arqueologia social, encontra um fator etiológico mais profundo, isto é, mais amplo, para essa incapacidade de elaborar a vida em experiência: os transtornos são pessoais, mas o fator etiológico é um estado de coisas no social, ou seja, o desaparecimento do narrador e da narrativa promovido por um poder tecnocrata. Os soldados, tal como Vera passou a cerimônia no Palácio do Planalto, chegaram da Primeira Guerra Mundial mudos, e os jornais e a maré de livros não puderam contribuir para a superação desse silêncio. Uma comoção atingiu a História, isto é, as vivências humanas veem afetadas a sua possibilidade de elaboração. E todo um grupo social fica encerrado no silêncio, na incapacidade de transformar a vivência em experiência. Benjamin traz assim a noção de *trauma* – palavra originária do campo da Medicina e utilizada por Freud para dar conta das comoções psíquicas – para o campo da História. Nos dias de hoje, são diversos os autores que trabalham com a noção de trauma na História, e observam, a partir deste referencial, a reação de grupos sociais a eventos violentos. Incluem-se aqui estudos interdisciplinares sobre o impacto traumático de violências contra grupos humanos [11]. Mas ainda Benjamin, neste texto, pode ser uma referência para este campo de estudos. Porque na sua agudeza reflexiva, ele sabe nomear que

† Vera Paiva é professora associada do PST-IP-USP.

‡ Este texto foi apresentado no seminário *Família, Violência Social e Trauma*, realizado em 7 de dezembro de 2011, no Instituto de Psicologia da USP.

a catástrofe de uma guerra ou de eventos sociais violentos pode ocasionar bem mais do que as gigantescas perdas materiais e humanas, que sempre estão envolvidas nesses acontecimentos. Podem acarretar uma comoção psíquica do grupo, isto é, um transtorno no modo como se representam e representam o mundo ao redor, e até na própria possibilidade de representação de si e do mundo, com um impacto intenso na história desse grupo social, a ponto de delinear as determinações básicas do modo como esse grupo irá comportar-se historicamente. No caso que Benjamin estuda – as comoções históricas das primeiras décadas do século XX –, trouxeram consigo o emudecimento da narrativa, a impossibilidade de representar o vivido, portanto, de superá-lo com uma transformação de si. Freud, em *Luto e melancolia*, destaca que nos processos melancólicos, isto é, naqueles em que um acontecimento doloroso, uma perda, não é possível de ser superado através de um processo de luto, “a sombra do objeto cai sobre o ego”, isto é, o ego fica refém do objeto perdido e promotor da angústia, suscitando uma fragilização da coesão das formações psíquicas e a emergência de uma desorientação [8]. É desta desorientação que Benjamin trata num nível coletivo. O grupo social pode perder as instâncias narradoras, aquelas capazes de dar sentido à experiência num para além do mero registro ideológico, que nunca dá plenamente conta da comoção grupal que o choque da História suscita. Os jornais e livros a que Benjamin se refere apenas põem em circulação uma imagem da realidade que coage o grupo social, no sentido de ficarem encerrados, reféns dessa realidade, isto é, esses jornais e livros não são espaços de elaboração, podendo ser, do modo como Benjamin os entende, instrumentos da mesma batalha.

O que parece assim transtornado é o trabalho com a memória. Benjamin, no mesmo texto, apontará para o esvaziamento da noção de sentido da vida. O transtorno do ato de recordar repercute em todas as dimensões daquilo que constitui a organização de um referencial identitário de si e do mundo, e numa desorientação histórica, dado o eclipsamento do sentido da vida. O que a instauração de uma Comissão da Verdade – a quase meio século dos primeiros “anos de chumbo” – tem por função social promover é o resgate da memória, o trabalho de construção, a partir das evidências ainda que fragmentárias da História, de narrativas que esclareçam e deem sentido às manifestações visíveis do vivido, ou melhor, no caso dos

mortos pela ditadura militar, do desaparecimento deles, junto com o sumiço das evidências. No plano social, a Comissão da Verdade tem por função este trabalho de elaboração simbólica que deveria permitir, ao ser compartilhado com o povo brasileiro, um trabalho de elaboração coletiva sobre este período recente de nossa História, que precisa incluir o trabalho de luto por nossos mortos, a identificação dos culpados – dos comandantes e dos comandados –, mas também o contato com a responsabilidade coletiva, que inclui diversos setores da sociedade, em relação ao destino de homens e mulheres, jovens e crianças, pais e mães que as famílias que a Vera foi representar perderam. Da responsabilidade coletiva fez parte o silêncio, imposto aqui também, como diz Benjamin em relação à guerra, pelo poder tecnocrata. Na fala que preparou, Vera diz que, em 1977, jovens estudantes distribuíram no centro da cidade de São Paulo uma carta aberta à população onde estava escrito: “Quem cala, consente”. O silêncio é responsabilidade de cada um, e é também, como sugere Benjamin, imposto pelo poder. Adorno e Horkheimer [2] sugerem que o totalitarismo não seria algo apenas imposto de cima para baixo por um determinado esquema político, mas um fluxo silencioso, porém implacável, avançando sempre tanto das esferas macro-político-econômicas quanto dos escaninhos mais íntimos da vida privada de cada um.

O evento no Palácio do Planalto parece condensar, em torno do conflito entre permitir ou não a fala à representante dos familiares, todos estes aspectos. E, como disse a Vera no *e-mail* aos amigos, a Comissão da Verdade já começou mal, penso eu, à maneira da frase inicial de uma peça musical que se desdobra em variações sobre o mesmo tema. Esta comissão tem por dever reconhecer publicamente o que aconteceu e, ao fazê-lo, oferecer subsídios para que a justiça se faça. O reconhecimento dos fatos e seu conseqüente julgamento são mecanismos sociais fundamentais para o trabalho de elaboração e do luto, em primeiro lugar, dos familiares, mas também de todos nós, que tivemos medo, que calamos, que perdemos professores, colegas e conhecidos. O luto é exatamente o trabalho de resgate da memória, neste caso possibilitado pelas instâncias narradoras promovidas pela Comissão da Verdade. No evento de sua inauguração, a narrativa dos familiares foi silenciada.

Toda família é tecida através de um conjunto de narrativas, mais ou menos fragmentárias. A família é uma linguagem. Ela é um novelo ideacional que se

enraíza nas experiências de vida do grupo familiar e, portanto, dele fazem parte pontos de vista, expectativas, impressões e o registro das histórias vividas pelos membros também nas distantes gerações desse núcleo familiar. A família é um novelo de histórias a partir do qual cada um deve organizar-se e ganhar autonomia. A construção de nosso ser, essa operação ontogenética, é feita com o material familiar. É em torno desse material que é realizada a filogênese de cada sujeito. Nós todos somos produtos psíquicos de uma regressão infinita de histórias familiares. E toda história familiar carrega silêncios, pontos de suspensão e mutismo. Isto não quer dizer que algo se suprime; nada se suprime. Algo apenas se silencia, se isola e pode ganhar a qualidade de segredo. Todos estes elementos fazem parte da linguagem da família, atuando, portanto, como forças determinantes dos limites e possibilidades das operações ideacionais a que todos os membros da família estão submetidos. Se o silêncio e o segredo ganham uma forte amplificação no novelo ideacional da família, cada um dos membros vê reduzida a sua possibilidade de nomeação tanto sobre o que se passa em família quanto sobre si próprio e sobre o mundo que o rodeia. Os silêncios, os segredos, falam tanto quanto os novelos ideacionais no romance familiar que cada um ergue na construção de seus projetos identitários. Tanto no silêncio quanto no segredo está presente um elemento traumático. Se Freud soube imprimir à Psicanálise um caráter etiológico, isto é, uma vinculação com uma origem para a compreensão do fenômeno psíquico, na origem da Psicanálise ele outorgou ao trauma o estatuto de origem do sintoma psíquico. O trauma psíquico, como assinalamos acima, é uma comoção psíquica. Ferenczi [5] lembra que a palavra alemã *Erschütterung*, comoção psíquica, vem de *Schutt*, ruína, compreendendo a destruição, a perda da própria forma. Em *Estudos sobre a histeria*, o primeiro trabalho psicanalítico de Freud [6], o trauma assume em diversos momentos essa condição de origem do conflito psíquico, do sintoma. Ali, o trauma é entendido como um evento advindo do real, como um choque na experiência real capaz de estremecer as defesas do eu. Freud nunca silenciou propriamente a força do real. Se, por um lado, ele avança no sentido de dar uma ênfase maior à realidade psíquica, por outro lado esta realidade é constituída em resposta ao real. É isto que nós vemos apresentado em *Além do princípio de prazer* [9], onde a angústia, a consequência imediata do trauma,

funciona como um sinal organizador de todos os mecanismos de defesa do ego, isto é, ela é estruturadora da realidade psíquica. E mais: toda a ênfase que Freud dá à filogênese nada mais é do que salientar o fator determinante dos elementos extrapsíquicos que, em Freud, de algum modo também devem se constituir numa espécie de história para agir na psicologia de cada um. Assim é, por exemplo, em seus estudos em *Totem e tabu* [7], nos quais a angústia de castração e o próprio complexo edípico – que em princípio são, para Freud, invariáveis da constituição psicológica individual – são determinados pela história psicológica na qual ficam enredados os processos históricos, morais e religiosos dos homens, até uma mítica horda primitiva na qual teria se dado o parricídio originário, cena histórica e origem de uma história psicológica singular dos homens. Isto quer dizer que o novelo ideacional é uma filogênese, ou uma história psicológica que atravessa gerações e constitui-se num patrimônio psíquico da elaboração de cada sujeito: a família é o patrimônio filogenético para a construção ontogenética de cada um, o que significa que ela é tanto a reserva sociocultural e econômica do sujeito quanto o seu trauma. O trauma é inerente à elaboração, como o processo de construção pessoal é inerente ao ato de reparação.

Desdobramentos importantes da clínica psicanalítica da família e dos trabalhos sobre transmissão intergeracional têm se feito a partir dos efeitos, nas gerações seguintes, de catástrofes humanitárias que atingem comunidades inteiras. Quando uma ou várias gerações de um grupo social ou de uma nação são violentadas pela guerra, por perdas de toda ordem, por ataques à dignidade, vivências de extrema humilhação, estupros em massa e genocídios, como poder pensar e dar sentido a estes acontecimentos – traumas que excedem a capacidade psíquica individual, familiar ou social? O trauma costuma permanecer como silêncio, como indizível, sendo um dos fatores deste silêncio o que Pierre Benghozi [3] nomeou de *psicoantropologia da vergonha*. A vergonha produzida na vítima pelo evento traumático impede que ela fale do que aconteceu. Pode levar muitos anos para que o silêncio se rompa. Enquanto permanece, ele produz efeitos, através de rupturas na história e na trama familiar, em seus pontos e nós mais importantes. É o que Benghozi chama de um *desmalhe*, sempre em operação, uma espécie de dilaceramento familiar que nunca cessa de esgarçar-se. Isto porque o silêncio, acompanhado de uma

impossibilidade de elaborar coletivamente o vivido, obstaculiza o processo de luto. Na sua impossibilidade, pode instalar-se uma identificação melancólica com aquele ou aquilo que se perdeu, que permanece, como um de seus destinos, *encryptado* – o termo é de Abraham e Torok [1] –, na forma de morto-vivo, tanto naquele que viveu a perda como nas gerações que o sucedem.

Para finalizar, eu gostaria de utilizar alguns dos elementos que expus acima para trazer uma contribuição para a compreensão dos acontecimentos recentes em nossa universidade. Claro que não se trata de trazer qualquer espécie de verdade última sobre os fatos, o que me enredaria mais uma vez no campo da violência, da imposição de uma concepção particular sobre um complexo acontecimento que é feito de múltiplas vozes e verdades. Quero apenas propor uma leitura dos fatos para a nossa reflexão e faço-a de dentro dos acontecimentos, tendo sido aluna desta universidade desde 1977 e professora hoje. Se for verdade que nosso país está longe de nos oferecer os elementos que nos permitam reconstruir a história dos “anos de chumbo”, bem como a história particular de cada desaparecido – se ter desaparecido lançou os mortos num espaço difuso, nebuloso, que impede o esclarecimento, o encontro das ossadas e os rituais de enterro –, toda a sociedade brasileira, como dissemos, fica sem os recursos necessários para a elaboração consciente dos fatos e para realizar as reparações possíveis. Em casos assim, Freud nos mostrou que o indizível se força à manifestação e expressão através do que ele chamou de compulsão à repetição. Os soldados voltavam da Primeira Guerra mudos, mas tinham pesadelos repetidos nos quais reviviam as cenas traumáticas. Todo não elaborado e não dito se repete de modo enigmático nos sonhos, mas também nos sintomas psicossomáticos e nas psicoses, dentre outras manifestações que pedem sentidos. Isto é o que Freud apresenta em *Além do princípio de prazer*, escrito em 1920, logo após, portanto, da primeira grande guerra. Não haveria, em acontecimentos atuais na universidade, um aspecto disto – de uma espécie de compulsão à repetição em relação a algo que esta universidade viveu nos “anos de chumbo” e não pôde ainda elaborar – todos os seus mortos, o impacto nos que ficaram, no que ensinamos e transmitimos, em nossas culpas e dívidas? Não compartilho da ideia daqueles que dizem, um tanto ironicamente, que nossos jovens alunos têm nostalgia do que não viveram e cantam, de modo anacrônico e fora de lugar, *Apesar de você*, do Chico Buarque. É certo

que talvez seja bem verdade o que disse Marx [10]: “A história repete-se duas vezes, a primeira como tragédia, a segunda como farsa”. Há algo de farsa em chamar os jovens levados à delegacia de “presos políticos” ou de nomear o tempo dos acontecimentos de “novembro negro”. Mas não estariam os estudantes, e também a polícia, reencenando uma cena traumática que insiste em pedir elaboração? Uma *re-encenação* que se faz em ato, violento dos dois lados, e demanda ainda palavras para o diálogo, a negociação e o esclarecimento? Se isto fizer algum sentido, podemos ver os estudantes incitados como porta-vozes “tortos” – para usar um termo que li na carta que Sergio Adorno[§] leu à Congregação da faculdade por ocasião da última invasão do prédio da Reitoria, em novembro de 2011, quando a polícia ainda não tinha feito a sua intervenção – de demandas que toda esta universidade tem por elaborar traumas que exigem reconhecimento e justiça. Enquanto isto, o não reconhecido grita na voz dos alunos da USP, uma universidade que tem incontáveis razões – por ter vivido a violência dos “anos de chumbo” e por ter como função social o trabalho do esclarecimento e da construção da História – para ser o espaço social por excelência, o campus de elaboração e reparação do trauma.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- [1] ABRAHAM, N.; TOROK, M. **The shell and the kernel: renewals of psychoanalysis**. Chicago: The University of Chicago Press, 1994. vol. I. 280p.
- [2] ADORNO, T. & HORKHEIMER, M. (1956) **Temas básicos da Sociologia**. São Paulo: Cultrix; São Paulo, Edusp, 1973. 275 p. Tradução de Álvaro Cabral.
- [3] BENGHOZI, P. Traumatismos precoces da criança e transmissão genealógica em situação de crises e catástrofes humanitárias. [...]. In: CORREA, O. R. (Org.). **Os avatares da transmissão psíquica geracional**. São Paulo: Editora Escuta, 2000. p. 89-101.
- [4] BENJAMIN, W. O narrador: observações acerca da obra de Nicolau Leskow. In: BENJAMIN, W.; HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W.; HABERMAS, J. **Textos escolhidos**. São Paulo: Abril

§ Professor titular do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP).

- Cultural, 1980. p. 57-74. (Coleção Os Pensadores). Trabalho original datado de 1935.
- [5] FERENCZI, S. Reflexiones sobre el traumatismo. *In:* _____. **Obras completas**. Madrid: Espasa Calpe, 1981. vol. 4. p. 153-163. Trabalho original datado de 1933.
- [6] FREUD, S. **Estudos sobre a histeria (1893-1895)**. Comentários e notas de James Strachey. Tradução sob revisão técnica de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1976. 393p. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, vol. II).
- [7] _____. Totem e tabu. *In:* _____. **Totem e tabu e outros trabalhos (1913-1914)**. Comentários e notas de James Strachey. Tradução sob revisão técnica de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1976. p. 13-191. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, vol. XIII). Trabalho original datado de 1912/1913.
- [8] _____. Luto e melancolia. *In:* _____. **A história do movimento psicanalítico, artigos sobre metapsicologia e outros trabalhos (1914-1916)**. Comentários e notas de James Strachey. Tradução sob revisão técnica de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1976. p. 271-291. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, vol. XIV). Trabalho original datado de 1915/1917.
- [9] _____. Além do princípio de prazer. *In:* _____. **Além do princípio de prazer, psicologia de grupo e outros trabalhos (1920-1922)**. Comentários e notas de James Strachey. Tradução sob revisão técnica de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1976. p. 13-85. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, vol. XVIII). Trabalho original datado de 1920.
- [10] MARX, K. (1852) O 18 Brumário e cartas a Kugelmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. 352 p.
- [11] ROBBEN, A. C. G. M.; SUÁREZ-OROZCO, M. M. (Orgs.) **Cultures under siege: collective violence and trauma**. Society for Psychological Anthropology: Cambridge University Press, 2000. 300 p.